

3

ESEG investigação

Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

nº3 | 1º semestre | 2007

ESEG INVESTIGAÇÃO

**Revista Científica
da
Escola Superior de Educação da Guarda**

N.º 3 | 1º Semestre | 2007

Título: ESEG Investigação

Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

Coordenação Editorial: Joaquim Manuel Fernandes Brigas

Coordenador Científico: Júlio Pinheiro

Comissão Científica: Professores Coordenadores e Doutores da ESE/G

Edição: Escola Superior de Educação da Guarda

Capa: Humberto Pinto

Coordenação Gráfica: Maria de Fátima Bartolomeu da Cruz Gonçalves

Tipografia: Marques & Pereira (Guarda)

Depósito Legal: 220917/04

ISSN: 1646-1193

Tiragem: 2000 exemplares

1ª Edição: 1º Semestre | 2007

Escola Superior de Educação da Guarda

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 50 * 6300-559 Guarda * Telefone: 271 220 135 * Fax: 271 222 325 * www.esegpbg.pt

Os artigos são da responsabilidade dos respectivos autores e são apresentados exactamente como foram entregues na redacção.

Reservados todos os direitos. Esta publicação, não pode ser reproduzida ou transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outros, sem autorização do Editor.

Regionalização e Educação

Adriano Vasco Rodrigues

7

Reflexões sobre as fontes do Direito da Comunicação nos países ibéricos

Manuel Pinto Teixeira

19

O Ensino Superior (Politécnico) na Guarda

Carlos Berrucha

43

Comportamentos de Saúde versus Comportamentos de Risco em estudantes da Escola Superior de Educação da Guarda

Patrícia Batista & Henrique Pereira

55

A casa e a sociedade em Almeida no séc XIX, a acção e funções da mulher numa praça de guerra Beirã

Augusto Montinho Borges

65

Formação e evolução da Serra da Estrela

Joaquim Manuel Fernandes Brigas

83

A Religião na Manhã Submersa de Virgílio Ferreira

Julio Pinheiro

99

A Criação e a Autonomia dos Concelhos Medievais: a Guarda no contexto dessa Época

José Luis Lima Garcia

117

Dois Mundos | Dois Destinos - A tradição musical das beiras na obra de Fernandes Lopes-Graça

Helena Santana & Rosário Santana

133

O Jogo da Bola ou dos Paus no distrito da Guarda: sua história, características e interesse em projectos de Animação

M. Cameira Serra & Nuno Serra

155

A imprensa local | rural

Santos Vaz

171

Publicações

177

Regionalização e Educação

Adriano Vasco Rodrigues

Sempre que vejo abordar, a nível nacional, o tema da regionalização, afluem irresistivelmente, na minha mente, as fases da Lua... Na realidade, não se trata algo de extravagante, de utópico fora da Terra, em que caminhamos. Porém, as discussões em torno do tema são comparáveis, pela intensidade, ao brilho da Lua cheia, à luz pálida do Quarto minguante e, até, pela ausência de brilho, à Lua Nova.

O assunto é de grande impacto e despertou expectativas nos começos da década de 1980/90, durante o VIII Governo constitucional, no período da Aliança Democrática, provocando debates parlamentares e entre os Membros do Governo, onde se distinguiu o Eng.º Roberto Carneiro, então Secretário de Estado da Administração Regional e Local, cargo que ocupou de Setembro de 1981 a Junho de 1983. Tornou-se a figura central pelo impulso que imprimiu ao debate, visando conjuntamente a institucionalização das regiões administrativas e a dignificação do Poder Local na esperança que contribuíssem para o desenvolvimento e promoção dos Portugueses.

A preocupação de encontrar respostas seguras levou à criação de um Secretariado Técnico para a Regionalização e também de um Conselho Superior para os assuntos da Regionalização, este na dependência directa do Primeiro-Ministro.

No plano técnico, a criação no M.A.I. do Secretariado Técnico para Regionalização visava, fundamentalmente, apoiar e coordenar o planeamento do processo, acompanhado por uma Comissão para a Descentralização Administrativa, de modo a garantir a eficiência dinâmica da desconcentração coordenada dos Serviços do Estado, face à regionalização.

Acompanhei, então, com todo o interesse a evolução deste debate, cuja marcha inicial coincidiu com o facto de ser Deputado da Assembleia da República e trabalhar na Comissão de Educação. Interrompi essa actividade por me ter sido pedido, com insistência, para exercer o cargo de Governador Civil do Distrito

da Guarda. Aqui trabalhei com a melhor colaboração e empenhamento dos Autarcas do Distrito, aos quais mereci confiança e amizade, independentemente da sua filiação partidária. O nosso objectivo comum era o desenvolvimento e a melhoria de vida no Distrito.

A Assembleia Distrital, que até ali não funcionavam por falta de *quórum*, passou a trabalhar com regularidade. Organizamos grupos de trabalho e iniciamos um projecto global de desenvolvimento, que incluía os emigrantes. Tudo caminhava bem e com empenhamento geral. Porém, não cheguei a completar seis meses no exercício daquele cargo. Renunciei ao ver responsáveis políticos que, ao mesmo tempo que demagógicamente anunciavam a descentralização, afirmando respeitar a vontade local, intervínham autoritária e ditatorialmente, ordenando de Lisboa o contrário sem o mínimo respeito pela vontade expressa democraticamente...

Afastei-me da política activa para me consagrar à Educação e à Cultura. Porém, pouco tempo depois de deixar o Governo Civil, todos os Presidentes das Câmaras do Distrito da Guarda, reunidos na Câmara Municipal do Sabugal, apoiavam o convite para eu continuar à frente do Governo Civil da Guarda, confirmado pelo então recém eleito Primeiro-Ministro, Doutor Mário Soares. Por uma questão de coerência recusei aceitar¹. O meu afastamento da política activa não significa desinteresse pela *causa pública* nem pelos problemas nacionais, que como cidadão continuo a acompanhar. Perdoem-me, pois, esta interrupção na sequência do tema que estava abordando, a *Regionalização*. Entendi dar este esclarecimento para justificar a minha posição política de independente, o que, certamente, me permite tratar os problemas com objectividade sem paixão partidária. Por isso, com todo o respeito pela opinião contrária, entendo que não é retirando Secretarias de Estado, de Lisboa para outras regiões, que se faz a Regionalização. Pode desconcentrar-se um Serviço e continuar centralizado... O que mais se criticava e temia no regime autoritário do Professor Salazar eram os *Salazaretes*, aqueles em quem delegava poderes, ultrapassando-o na ditadura. A

1 - Acta assinada pelos Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito da Guarda, reunidos na Câmara do Sabugal a 25 de Maio de 1983. Comunicado por registo desta Câmara: ref. 1/614 de 9-6-1983, folha 8 (III).

desconcentração, por vezes, mais concentra e burocratiza, tendo efeitos negativos e até perversos.

Numa entrevista feita ao Eng.^o Roberto Carneiro, quando Secretário de Estado da Administração Regional e Local, em Maio de 1981, sobre as medidas a tomar a curto prazo, esclareceu que *a Regionalização exige um tempo próprio de maturação, para evitar que pressas demasiadas, ou precipitações levem à paralisia da Administração, ou à implementação de soluções inconvenientes aos interesses das populações. Nos vários países da Europa ocidental, o ciclo da regionalização tem demorado um mínimo de dez anos a completar, quando não frequentemente mais*².

Parece que foi ontem mas já lá vão vinte e quatro anos... Embora tenha havido desconcentração de serviços, temos de reconhecer que não houve Regionalização mas uma usurpação da nomenclatura sem correspondência real com o conceito. Nós, os Portugueses, somos mestres em fazer acordos entre a linguagem e a Política...

Há políticos que inferem da imaginação sem induzir os factos da experiência, esvaziando e generalizando as palavras em desacordo com a realidade e a lógica.

A Regionalização surge como uma via promissória do desenvolvimento. Não é a única. Mas pode tornar-se numa *utopia* se não for convenientemente planificada, programada, assente sobre as carências e também sobre as potencialidades locais. Exige pessoal preparado e motivado para actuar. Aqui, a Educação tem um papel prioritário. Sem Educação não há sucesso na Regionalização, o que exige estreita ligação entre a Escola e a Sociedade, entre a Escola e o mundo do trabalho e entre a Escola e o desenvolvimento cultural. Escola, Sociedade, Trabalho e Cultura são interdependentes. A Educação funciona como um todo, que dá coerência ao Sistema Educativo, situando-o no contexto do plano do desenvolvimento social, económico, cultural e político da Região, de Portugal e da União Europeia, em que nos integramos, pois estamos na Europa das Regiões...

Para haver sucesso, é preciso, antes de mais, inventariar as carências e as potencialidades e inovar as soluções, o que não pode ser feito sem um sistema

2 - Entrevista ao Jornal *Comércio do Porto*, de 12 de Novembro de 1981.

educativo eficaz.

Está provado que o Sistema Educativo que vimos seguindo é, pelos vícios acumulados, o menos adequado às exigências do nosso mundo contemporâneo. As reformas educativas, que desde há um século se vêm fazendo em Portugal e, particularmente as dos últimos quarenta anos, alteradas e substituídas com uma rapidez impensável, são responsáveis pelas crises do Ensino. São inúmeras estas reformas...

A cada reforma, gerada por razões políticas e não por razões sociais ou económicas, seguiu-se a sua *crise*, o que acelerou a necessidade de renovação do Sistema Educativo, para se cair em nova crise. Muitos Ministros da Educação nada mais fizeram do que *gerir a crise*, ou reclamar mais dinheiro para a Educação, pensando que os males do Ensino dependiam exclusivamente dos financiamentos, esquecendo o confronto dialéctico entre os fins e os meios da Educação. É lamentável não aprendermos com a experiência dos países mais progressivos. Basta olhar para a vizinha Espanha.

Não pode haver mudança sem *inovação*. Mas o que devemos entender por inovação? Segundo um *rapport* da O.C.D.E. *é um esforço deliberado para melhorar uma prática em relação a certos objectivos desejáveis*³.

Como judiciosamente observou Charles Hummel⁴, *a inovação é sempre um acto criador visando um futuro melhor em relação a um presente insatisfeito*.

Exige mudança de atitude e um projecto de Sociedade. Por isso, a *inovação* não é um bem em si mesma e não é verdadeiramente útil se não na medida em que for motivo de progresso.

Não é fácil fazer triunfar a inovação devido às resistências e oposições que desperta, muitas vezes intransponíveis. Em muitos países, como refere Charles Hummel, é praticamente impossível realizar uma reforma educativa importante contra a vontade dos pais. Em Portugal, o maior obstáculo às reformas não são

3 - *Rapport*, OCDE, Paris, 1974, pág. 17.

4 - Charles Hummel, *L'éducation d'aujourd'hui face au monde de demain*, P.U.F., pág. 24.

os pais mas os Sindicatos e as Associações. Participei, depois do 25 de Abril, no Porto, em debates travados para a criação do primeiro Sindicato dos Professores. Sabia-se muito pouco sobre sindicalismo. No aceso de um debate perguntei que espécie de sindicato iríamos criar: se um *sindicato de produção*? Ou um *sindicato de consumo*?

Os colegas interrogaram-me, pretendendo saber qual a diferença. Esclareci que o *sindicato de produção* se preocupava com a qualidade do Ensino; o *de consumo* só reivindicava benefícios para a classe. Como, então, havia uma elevada percentagem de docentes apoiantes do P.C.P. e admiradores da U.R.S.S. acrescentei que os sindicatos de consumo tinham sido extintos na União Soviética em 1921. O sindicato dos professores que veio a ser criado em Portugal foi apenas de consumo, reivindicando benefícios para a classe. Todos os outros sindicatos de professores, que se lhe seguiram, são igualmente de consumo. Entre nós, nenhum sindicato tem por objectivo melhorar a qualidade de ensino, mas sim, proteger e defender os interesses materiais dos docentes e os privilégios adquiridos, ampliando-os se possível. Embora os direitos devam ser defendidos e protegidos, os deveres e os fins da Educação não deviam ser esquecidos. O problema da qualidade deixou-se confiado ao patronato, no qual o Estado ocupa o primeiro lugar.

A Regionalização tendo por objectivo o desenvolvimento de uma comunidade delimitada territorialmente só se realiza dentro de uma acção coordenada e sistemática, integrada numa planificação que atenda às necessidades da população e às suas potencialidades. Deve visar objectivos precisos e seguir métodos democráticos.

Não será possível planificar sem efectuar uma pesquisa prévia das carências e das potencialidades da região. Ao ser posta em marcha esta planificação deve ser acompanhada por avaliações, que permitam corrigi-la ou altera-la. Os resultados positivos dependem da preparação dos agentes intervenientes e não de iniciativas dispersas e descoordenadas. A formação dos actores para actuarem no terreno resulta da Educação, segundo os objectivos tidos em vista para o desenvolvimento da comunidade. Esta não deve ser vista como um agregado, ou

massa humana estática, mas viva e activa, actuando por interrelações pessoais, partilhando interesses comuns, identificando-se com os mesmos valores e as mesmas aspirações. Embora com liberdade de opiniões, deve procurar a unidade de acção, tornando o espaço homogéneo pela coesão entre os que o habitam. Estes laços tornam-se mais fortes quando há identidade cultural, religiosa e de interesses económicos. A equipa central, dinamizadora, é o cérebro motor do desenvolvimento da região, democraticamente estruturada e representativa da população. Por isso, a preparação dos líderes é fundamental, jogando aqui um papel importante a Educação.

O *sistema escolar*, que exige a Regionalização, não se confunde com o tradicional visando o saber ou a aquisição de conhecimentos. É importante aprender a aprender, inovando e estimulando a criatividade. Os conteúdos programáticos, a metodologia, os objectivos a atingir, o grau de exigência nos vários níveis, desde o Básico ao Superior, a variedade de áreas de formação, procurando responder às solicitações, devem ser cuidadosamente estudadas e planificadas por equipas competentes. O objectivo primordial é abrir oportunidades. Estas dependem de diversos sectores, que, no seu conjunto, devem ter em vista a Sociedade. Quanto mais diversificada for, mais oportunidades oferece, conforme evolui a conjuntura, as flutuações políticas e as suas consequências económicas e financeiras.

As oportunidades são sempre acompanhadas por obstáculos e impedimentos conforme o meio social e o nível cultural em que a sociedade se integra. Assim, a viabilidade das inovações e dos projectos estão em correlação com a educação e a formação dos cidadãos.

As inovações provocam mudanças na região, que podem ser bem aceites ou ser motivo de conflitos pela interacção exercida sobre as estruturas económicas, sociais, políticas e culturais, resultando formas de oposição, que vão desde a *resistência activa* à *resistência passiva*.

São muitos os desafios à Regionalização acreditando-se que pode solucionar problemas de desenvolvimento, ou inverter o processo da migração do campo para a cidade, processo sem precedentes na nossa História económica.

A Guarda, por exemplo, no curto período de 16 anos, ampliou 17,5 vezes o seu espaço urbano... O fenómeno das Mega-cidades é acompanhado de inúmeros malefícios, como o aumento da criminalidade e da doença, o crescimento do desemprego, acentuando o contraste entre ricos e pobres e ainda um fenómeno novo na nossa civilização, o dos *marginais*, dos *sem abrigo*, adultos que não praticam qualquer actividade social útil, vivendo à parte da população activa. Se procurarmos as raízes destes males podemos concluir que, em grande parte resultam de políticas sociais demagógicas, erradas, que levaram à substituição do *trabalho pelo capital*. A confirmá-lo estão os *subsídios de desemprego*, mal controlados e as viciações dos *salários mínimos*. Os responsáveis políticos deviam ser realistas quanto ao preço do *capital*, limitando subsídios só absolutamente quando indispensáveis e controlando-os rigorosamente. Políticos e economistas não se entendem na maneira de promoverem empregos produtivos, embora, muitas vezes, repitam teorias e doutrinas aliciantes mas utópicas. Faltam programas capitalizadores eficazes e realistas para promover o progresso agrícola, não obstante os largos fundos recebidos da União Europeia, mal geridos, mal aplicados, por vezes habilmente desviados, não atingindo os que deviam trabalhar a terra mas aumentando a mão-de-obra em empreendimentos não agrícolas... Razão teve Tony Blair ao criticar os investimentos nos domínios da Agricultura e da Pecuária, propondo outros campos para promover o bem estar, entre eles o da Educação.

Sem mudanças estruturais realistas e rigorosamente elaboradas e controladas, não há possibilidades de atingir índices de crescimento. Os responsáveis pela governação do Estado deviam tomar como medida prioritária a redução das despesas do próprio Estado. Mas, infelizmente, agravam-nas.

As desigualdades salariais em sectores restritos da Economia e das Finanças repercutem-se no mundo urbano aumentando o desemprego, a marginalidade, a criminalidade, a doença e até o isolamento.

Industriais e empresários deviam ser incentivados a recorrer a tecnologias que empregassem mais trabalho e menos capital. Mas o que se está passando é exactamente o contrário. As importações ultrapassam as exportações. O encerramento das fábricas comprova-o.

O desenvolvimento é uma condição necessária mas insuficiente para resolver o problema do emprego. Não existe uma estratégia que enquadre os dilemas do desenvolvimento numa solução única. Terá de haver várias soluções e várias opções e os trabalhadores terão de estar preparados profissionalmente para respostas alternativas e versáteis. No mundo dos economistas e dos políticos abundam as propostas mas nem sempre a via de uns coincide com a dos outros.

A Regionalização, que pensamos deverá ser proposta abrangendo o distrito da Guarda (por certo parcialmente), deverá ter em conta a importância do sector agrícola no desenvolvimento rural. Resolver a crise agrícola é fundamental para a nossa Economia, reduzindo os desequilíbrios entre o campo e a cidade e travando o êxodo rural, factor de aparecimento das mega-cidades. Há cinquenta anos as zonas rurais eram o maior mercado de produtos urbanos e as cidades os consumidores da produção dos campos. Hoje, a alimentação e o consumo dependem fundamentalmente das importações de além fronteiras. Até as cenouras que comemos, podem vir da Bélgica ou da Holanda... mas não de Portugal. Não discuto aqui as razões que geraram esta situação, mas se os produtos portugueses são mais caros do que os estrangeiros temos de saber porquê.

Não há perspectivas de que as políticas governamentais aumentem o interesse e se preocupem com o desenvolvimento das zonas rurais agrícolas. Também não se tem procurado a comercialização agrícola de bens de consumo básico. Entrega-se a resposta às importações. O aumento da produção agrícola poderá ajudar o Governo a solucionar alguns graves problemas de desequilíbrio demográfico, a criar infra-estruturas e melhorar os equipamentos sociais nas zonas rurais. Isto seria benéfico para o desenvolvimento e para a fixação da população, travando a migração. Estes equipamentos e, particularmente os que visam a Saúde e a Educação, são, a nível internacional, índice do grau de solidariedade dos cidadãos duma região e de um País. Infelizmente, os nossos serviços de Saúde e de Educação funcionam mal, não abonando a favor da solidariedade.

O êxodo rural para as cidades não só reduziu a população agrícola, em alguns casos mesmo extinguindo-a, gerando o despovoamento, a que erradamente chamam *desertificação*. Muitas aldeias não têm população infantil e juvenil que

justifique a manutenção de escolas básicas. É necessário procurar novas soluções que travem o abandono da terra. Podem encontrar-se até formas de exploração mais racionais e mais práticas, recorrendo ao emparcelamento da propriedade fragmentada, dando-lhe maior extensão com a supressão de muros divisórios e recorrendo à industrialização agrícola com o recurso de máquinas. Para dar resposta poderiam ser criadas cooperativas agrícolas de serviços, encarregadas de cuidar dos campos. O problema seria resolvido com pouco pessoal e maquinaria, desenvolvendo uma agricultura produtiva nas áreas rurais.

Um processo de desenvolvimento faz-se, normalmente, através de duas vias, que operam em conjunto: a *via política*, ou via democrática, e a *via profissional*, ou equipa técnica.

As aspirações apresentadas pelos cidadãos, em diálogo com os seus representantes, deverão ser satisfeitas pelos políticos e pelos técnicos mediante um processo de planificação sobre responsabilidade compartilhada. A planificação no desenvolvimento local pode integrar-se num plano nacional, a que se submete para coordenação e orientação.

A cada *objectivo* corresponde um *projecto*, elaborado e seleccionado entre os melhores e mais eficazes. A realização deverá ser acompanhada por uma estratégia atenta aos imprevistos, dispondo de capacidade para responder com alternativas e reajustamentos. Deverão ser feitas avaliações periódicas.

Para realizar os objectivos é necessário tempo, previamente calculado e fixado.

Uma planificação correcta permite superar riscos e evitar erros, garantindo a marcha segura do projecto.

A realização do plano pressupõe a elaboração de um orçamento. Este deve ser realista. Para responder com eficiência a todos estes desafios é indispensável que o sistema educativo seja bem planeado.

No caso dos países em vias de desenvolvimento, com problemas de pobreza e também naqueles onde intervem a Economia Social, a Aliança Cooperativa Internacional recomenda recorrer ao *micro crédito*, como meio de luta contra a

exclusão.

Muitos problemas podem ser solucionados através da terceira via, a via cooperativa.

Tradicionalmente consideravam-se em Portugal o *sector público* e o *sector privado*. Depois do 25 de Abril a nossa Constituição reconheceu outra via com grande interesse alternativo, a da Economia Social, mediante a organização cooperativa e solidária. São sempre benéficas as suas relações protocolares com o Estado. Uma área em que os benefícios são relevantes é a da territorialização regional. Para a viabilizar exige-se uma cooperação activa a nível dos ministérios com o Terceiro Sector, que actua no terreno. Para tornar as cooperativas eficientes, será de toda a vantagem facilitar-lhes o crédito por linhas de financiamento. Deste modo a cooperação com o Estado ganhará em tempo e eficiência, particularmente nas regiões do interior, ajudando ao emprego dos jovens.

Lembramos já a necessidade de modificar profundamente o nosso sistema educativo, caduco e envelhecido. Para reforçar o que vimos dizendo, recorro uma vez mais a Charles Hummel:

A expansão dos sistemas educativos torná-los-á ainda mais inertes e mais resistentes às mudanças do que já estão.

*As reformas profundas exigirão forças particularmente poderosas para triunfar. As "velhas democracias", onde parecem criar-se constantemente equilíbrios políticos instáveis, correm o risco de perder a força necessária para efectuar as reformas importantes. Será nos "países jovens" em vias de desenvolvimento que, no futuro, se revelarão as inovações educativas mais importantes*⁵.

Associar o Turismo Cultural ao Desenvolvimento Local e Regional apresenta-se como uma via promissora, que potencializa a intervenção da Educação no processo formativo e informativo.

5 - *L'éducation d'aujourd'hui face au monde de demain*, pág. 188.

Pode ser também associado a projectos INTERREG, beneficiando da larga faixa fronteiriça da nossa Região.

Em Espanha, particularmente na Galiza, criaram agências de desenvolvimento local, potencializadas para actuar no âmbito económico, viabilizando programas e projectos destinados a abrir oportunidades aos jovens e a fazer a reinserção social dos marginalizados. Muito mais podíamos dizer, mas através de um debate de ideias será sempre possível inovar e encontrar soluções. O meu melhor conselho é a abertura ao diálogo.

Estamos na Europa das Regiões. Devemos preocupar-nos, antes de mais, em criar um sistema educativo de qualidade que nos integre na Europa do cidadão, e através da via democrática ajude a promover o desenvolvimento local e regional, privilegiando a cooperação e a solidariedade.

